Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Reunião Ordinária do Conselho Estadual LGBT – 11 de maio de 2015

Presentes:
Agatha Lima
Alessandra Acedo
Dário Ferreira
Rhayana Meireles
Ricardo Santos

André Luzzi de Campos
Cássio Rodrigo
Fátima Nassif
Heloísa Alves
Silvana Gimenes
Valter Cavaglieri Doro

Justificaram ausência as Conselheiras Rachel Silveira, Deborah Malheiros, Marcos Freitas e Creuza Borges.

A 17ª Reunião Ordinária foi iniciada às 10h20, com o anúncio das Conselheiras e Conselheiros da sociedade civil, que não fazem mais parte do Conselho:
Janaína Leslão;
Edilson Costa Amorim;
André Luis de Lima – Lolito;
Mário Peroni Grego;
Natália Ribeiro Pinheiro;
Rodrigo da Silva Cavalheiro;
Taynan Ferreira da Silva.

A reunião começou com os informes:

1) A Ong As Gattas não será realizadora da Parada do Orgulho LGBT de Ribeirão Preto neste ano, liberando para quem quiser realiza-la;
2) A Presidenta informou que irá amanhã ao CDP visitar, às 14h00, pela última vez, Verônica Bolina, para levar uma mala de objetos e roupas que a mãe está enviando para ela;

3) Segundo a Presidenta a Veronica Bolina estará dispensando a Defensoria Pública para instituir, como advogado o Dr. Marcelo...;
4) Quarta-feira haverá uma reunião na Coordenação de Políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo, para tratar das denúncias relativas ao Conselho Municipal LGBT, do Trio das Travestis e Transexuais na Parada de São Paulo e das visitas à Verônica Bolina. A última pauta com o Alessandro Melchior será sobre as calúnias que alguns funcionários do órgão estão fazendo em relação às Conselheiras e Conselheiros Estaduais LGBT;
5) Discussão sobre acompanhamento do caso Verônica Bolina. A presidente informa visita que foi realizada visita à vítima no dia 27 de abril, tendo sido acompanhada pelos Conselho da Condição Feminina, Conselho Estadual das Populações Negras. O CONDEPE realizou diligência própria. A mesma relatou a alteração do depoimento ao Ministério Público, alegando a confirmação de dois estupros por cabo de vassoura na instituição pública onde estava custodiada. O boletim de ocorrência ocorreu 05 dias após os episódios, quando também foi feita exame de corpo delito. Foi informado que a cidadã estava defecando sangue em virtude da agressão (estupro com cabo de vassoura). Relatou-se o encaminhamento ao Hospital Pérola Baygton no dia 15 de abril para testagem sobre HIV-AIDS a pedido dos trabalhadores da cadeia pública. Foi realizada no âmbito do Conselho Estadual LGBT reunião extraordinária com a presença de 11 conselheiras e conselheiros e organizações da sociedade civil atuantes em áreas relativas aos direitos da população LGBT. Neste encontro foram definidas estratégias de atuação do colegiado em relação ao episódio, definindo alguns encaminhamentos: solicitar reunião com secretário de administração penitenciária para subsidiar o acolhimento em unidade prisional; oficiar GECEP, da Secretaria de Segurança Pública, para acompanhamento do caso; e oficiar ao Ministério Público. Foram produzidos 06 documentos e enviados aos órgãos competentes a saber: Secretaria de Administração Penitenciária, Grupo Especial Controle Externo da Atividade Policial, Ouvidoria da Polícia Civil de São Paulo, Ouvidoria da Polícia Militar de São Paulo, Corregedoria Geral da Justiça. É informada ainda a publicação de duas notas públicas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi feita reunião com Delegado Osmário XXX para informar as devolutivas e encaminhamentos. Houve também reunião de representantes do colegiado com o Delegado Geral para relatar as violações ocorridas e solicitar as apurações, e apresentar recomendações para alteração dos procedimentos em relação à segurança pública e o atendimento adequado às populações de LGBT já discutidos no Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. A Conselheira Alessandra Acedo relata convite de Tenente Coronel para realização de aula em curso de formação da polícia militar, diz ainda que reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Pública prevista para o dia 12 de maio foi adiada. Sugere que a Comissão Permanente de Acompanhamento de Violência aos Direitos da população LGBT reúna informações para subsidiar o colegiado em dar respostas efetivas. O conselheiro André Luzzi de Campos informa que o episódio teve repercussão internacional. Recomenda que o conselho produza e divulgue periodicamente em todos os meios possíveis um informativo com os encaminhamentos assumidos e informações produzidas em suas diligências e reuniões. Da mesma forma, sugere a realização de audiência pública para construir pactuação pública dos procedimentos em segurança que devem ser adotados no sentido de contribuir para uma Política Estadual de Diversidade Sexual. A Conselheira

Márcia Balades diz que é preciso mostrar e buscar a responsabilização dos agentes públicos que afirma o desconhecimento da lei, inclusive aqueles diplomas infraconstitucionais. A Conselheira Silvana Gimenez esclarece o papel do conselho realizar o controle social. Para isso, considera ser fundamental ter conhecimento de como funciona o Estado. Defende a necessidade de o conselho aportar contribuições para definição de prioridades em relação às questões de segurança nos equipamentos públicos considerando as demandas dos segmentos LGBT. Recomenda a realização de curso de capacitação de conselheiras e conselheiros sobre temas afetos às políticas da diversidade sexual, o papel e atribuições das(dos) integrantes do colegiado, entre outros. A conselheira Márcia Giovanetti lembra a importância de acompanhamento do estado de saúde da pessoa, como tratamentos que vinham sendo ministrados, remédios que estavam sendo administrados, e mesmo os aspectos sobre a saúde mental. Necessidade de questionar aos gestores que mantêm a sua custódia para saber quais medidas estão sendo adotadas. Diz que os procedimentos em HIV-AIDS devem assegurar a autonomia e dignidade das pessoas. Não se pode realizar testagem por meio de coação. Acredita que mesmo na situação crítica de agressão com a mutilação do agente policial, isso não poderia provar caso de infecção imediato. Aponta que a assistência em saúde deveria ser igualmente célere em outras violações como a agressão cometida à cidadã. A Conselheira Heloisa Gama Cedrin esclarece que a pessoa assistida quem solicitou a testagem de HIV, dentre outros exames e consultas. Relata que foi perguntado se ela realiza programas com ou sem preservativos. A presidente sugere que a Conselheira Márcia Giovanetti acompanhe a visita à Verônica Bolina no dia 12 de maio, e também produza documento de referência ao atendimento em instituições de confinamento e informe quais procedimentos foram inadequados. A presidente relata que Verônica Bolina diz ter sofrido uma terceira violação dos policiais no hospital, que quebraram dois dedos por golpes desferidos na mão para que ela soltasse a orelha do policial. Mesmo servidores da área da saúde no hospital se posicionaram negativamente com violência verbal e psicológica. A Conselheira Heloisa Gama Cedrin demonstra a importância e urgência de atividades formativas continuada do efetivo dos servidores da Secretaria de Segurança Pública. A Conselheira Alessandra Acedo reitera a necessidade da produção de informativos sobre as ações desenvolvidas pelo Conselho, de forma descritiva, evitando julgamento de valores. Entende que é importante o colegiado solicitar informações sobre o atendimento realizado pelo Hospital Pérola Baygton, equipamento de referência no atendimento violência à mulher. Questiona se ela recebeu tratamento adequado conforme sua identidade de gênero. O Conselheiro André Luzzi de Campos indica que o conselho em virtude da complexidade do episódio, envolvendo diferentes órgãos público, requer uma audiência de representantes do colegiado com o Governador para expor as providências tomadas e as recomendações para fortalecer um atendimento intersetorial da população LGBT. A Conselheira Silvana Gimenez considera oportuno solicitar informações sobre o estado psíquico e mental da cidadã. O Conselheiro Dário Ferreira Neto pontuou a forma como as reuniões do Conselho são conduzidas, sem o respeito à fala do outro, sem a ordem das inscrições, e pelo excesso de informalidade. Ressaltou a questão do despreparo dos Conselheiros e Conselheiras, que se pautam pelas opiniões próprias e não pelo debate político e de construção das políticas públicas. Retomou também a fala da Conselheira Márcia Giovanetti, sobre a alegação de que Verônica estaria possuída.

Para ele ficou evidente que ela não estava em si, com plenos poderes de sua consciência mental, demonstrando a negligência por parte do Estado, principalmente das autoridades da segurança pública. Concorda com os encaminhamentos da Conselheira Silvana Gimenes, de que a Veronica Bolina não estava entre iguais, não era considerada cidadã. Reforçou, ainda, que a capacitação e sensibilização das Polícias Militar e Civil não é obrigação da sociedade civil, mas sim do Poder Público. Sugere verificar quem é o palestrante gay que faz capacitação para as Polícias Militar e Civil. Sugere que o caso da Verônica Bolina seja discutido num contexto geral, relembrando os casos Kaíque, Peterson e de São José do Rio Preto, buscando a efetiva apuração, questionando o que realmente aconteceu em cada caso. Relembra que os casos do Kaíque, Peterson e de São José do Rio Preto ainda não tiveram resposta às indagações do Conselho. Colocou a importância do Conselho em realizar o controle social, pois o que mais o preocupou foi que, no caso Verônica Bolina, o que transpareceu é que o Conselho Estadual LGBT existe para justificar as ações do Estado. Deliberações: 1) Ofício para SAP – André Luzzi será responsável; 2) Comissão de Denúncias irá acompanhar o caso passo a passo – agendar reunião; 3) Ligar na SSP e pedir re-agendamento para o mês de maio ainda – Agatha; 4) Produzir informativo sobre as denúncias com as devidas recomendações – GT de Comunicação e de Denúncias; 5) Capacitação relacionada ao papel dos Conselheiros para uma reunião ordinária – Grupo irá propor a capacitação: André, Alessandra, Cássio, Dário; 6) Ofício escrito pela Saúde – com recomendações a serem tomadas e protocolo de atendimento para ser enviado à SSP e MP, por exemplo; 7) Enviar ofício ao Perola Baygton perguntando esclarecimentos sobre como foi o atendimento recebido pela Verônica Bolina, na manhã do dia 15 de abril, bem como sobre a notificação compulsória em casos de violência; 8) Ofício, solicitando uma agenda emergencial, com o Governador de São Paulo, sobre o caso Verônica Bolina.

6) Sobre o ponto de pauta Conferência Estadual LGBT a Conselheira Heloisa Gama Cidrin informa sobre o encontro de gestores LGBT nos dias 23 e 24 de abril em Campo Grande. Foi solicitado uma pauta com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos por preocupação dos municípios e Estados sobre o processo de organização da Conferência Nacional LGBT referente à ausência maiores esclarecimentos sobre a organização do evento, metodologias, documentos. Relata que foi criada uma comissão em nível nacional para preparação. Os gestores LGBTs sugeriram a realização da conferência nacional LGBT em maio de 2016 para que fosse possível promover as etapas locais. Pedem também a publicação de Decreto da Presidente da República para legitimar e favorecer a realização da convocatório nos Estados. Disse, ainda, que alguns Estados já se posicionaram oficialmente sobre a necessidade do Decreto, com a convocatório, diretrizes, regimentos. Sugere o aguardo de reunião do Comitê Nacional Intersetorial LGBT no dia 28 de maio vindouro para verificar se haverá novos posicionamentos. A conselheira acredita a publicação de Decreto Estadual precisa ocorrer até junho para que a etapa estadual seja realizada ainda este ano. O Conselheiro André Luzzi sugere que o Conselho Estadual LGBT envie ofício para o Conselho Nacional de Diversidade Sexual para manifestar preocupação sobre o processo e solicitando um rápido posicionamento sobre o tema, demonstrando que a falta de informações claras pode prejudicar a mobilização, financiamento e disponibilização da infraestrutura adequada. A conselheira Márcia Balades informa que a Conferência Nacional de Mulheres será em março de 2016, e já foi publicado Decreto de Convocação. A Conselheira Silvana

Gimenez esclarece as informações recebidas em relação à Conferência Nacional de Pessoas com deficiência.

7) Comissão eleitoral para recomposição do Conselho Estadual LGBt. Foi feita consideração sobre necessidade de retorno da SJDC sobre processo de oficialização da comissão já identificado na reunião anterior do pleno. A conselheira Heloisa Cidrim esclarece a necessidade do conselho enviar e órgãos de classe, fóruns e redes para indicarem representantes que irão compor a comissão, indicando prazo de 10 dias para o retorno. E, também, consultar a defensoria pública se há interesse em acompanhar o processo eleitoral. E em seguida, enviar ofício para SJDC solicitando a publicação com nome dos membros integrantes. A Conselheira Heloísa Gama Cidrin irá reenviar modelos seguindo como referência as eleições anteriores.
8) A reunião prossegue com a discussão sobre alteração do Decreto que define a constituição do Conselho. É informada a proposta de prorrogação do mandato da gestão atual por mais um ano. As conselheiras e conselheiros identificam que é possível alterar o decreto com a proposta de ampliação do mandato, mas a ser aplicado à próxima gestão. As pessoas presentes reconhecem a importância de haver alterações do texto legal para contemplar aspectos sobre financiamento do conselho, a necessidade de ter infraestrutura e corpo funcional adequados, critérios sobre o processo eleitoral, composição da presidência, e a vinculação do colegiado. O conselheiro André Luzzi de Campos e a conselheira Heloisa Gama Cidrim farão uma sugestão de mudança no documento e encaminhará para as conselheiras e conselheiros para subsidiar a discussão.
9) Entra em debate o ponto de pauta referente à alteração do Regimento Interno nos termos relativos às reuniões extradordinárias. As contribuições devem ser encaminhadas ao Conselheiro André Luzzi de Campos que irá aglutinar ao documento e encaminhará para análise em reunião extraordinária no mês de junho próximo.
10) Foram incluídos três pontos de pauta emergentes. Inicialmente foi discutida e analisada a perda de mandato de conselheiras e conselheiros. Considerando o disposto em Regimento Interno, perde a vaga a Conselheira Lilian ... . O Conselheiro André Luzzi de Campos informa que o Secretário de Administração Penitenciária indicou a sua substituição, mas que ainda não houve a publicação de alteração. A Conselheira Heloisa Cidrin Gama esclarece que a SJDC já fez o pedido para a Casa Civil. Assim, os conselheiro segue representando a pasta até a formalização do ato. A presidência fará levantamento sobre a frequência de conselheiras e conselheiros para discutir e analisar quem perde a vaga e será substituído.
11) É feito informe de que haverá uma audiência pública dia 27 de maio na Assembleia Legislativa sobre o enfrentamento a violência contra a população LGBT no Estado de São Paulo. Foi feito convite para o conselho participar em reunião de organização no dia 14 de maio, sala 113, às 10h30, na ALESP. A conselheira Silvana Gimenez irá representar o conselho na reunião de preparação;
12) É solicitado pelas pessoas presentes informações sobre o acompanhamento do caso do cidadão Kaique xxx. É informado sobre a discussão do tema na Comissão de Acompanhamento de violações de direitos da população LGBT e que estão sendo aguardadas as devolutivas sobre os encaminhamentos realizados. O conselho expedirá esclarecimento das medidas adotadas. A conselheira Heloísa Gama Cidrim relata a importância do Conselho realizar in loco para acompanhamento das

denúncias. O conselheiro Dario Neto complementa sobre a participação nessas diligências dos conselheiras e conselheiros do poder público e da sociedade civil.

13) Incluiu-se na pauta a proposta de elaboração de uma recomendação do Conselho referente à tentativa das companhias Metrô e CPTM impedir que as pessoas soropositivas sem doença oportunista e demais patologias crônicas deixem de ter a gratuidade das passagens. Verificou-se a necessidade de reunião com o Secretário de Transportes Metropolitanos. A conselheira Márcia Giovanetti buscará informações no âmbito da Secretaria de Saúde para verificar a consistência da propositura divulgada nos meios de comunicação.
14) É apresentada nota de repúdio dirigida à UNAERP sobre cancelamento de palestra sobre homofobia que seria realizada em evento acadêmico da área de serviço social no mês de abril pretérito. As pessoas presentes deliberaram pelo envio de ofício à Reitoria daquela Instituição de Ensino para solicitar reunião para obter esclarecimentos.
15) Caminhada a lésbica terá como tema “Nenhuma mulher ficará para trás”, e ocorrerá no dia 06 de junho com a concentração na Praça dos Ciclistas. Também foi informada a marcha de Taubaté dia 16 de maio, concentração às 10h na praça Santa Terezinha. E, às 15h, haverá debate na UniTau com tema Diversidade em Debate, a atividade é promovida pela Casa SV com apoio da ONG ORIENTAÇÃO LGBT de São José dos Campos.
16) A presidência fará consulta à SJDC para verificar se as conselheiras e conselheiros do interior e litoral podem receber a diária a partir da sexta-feira, de modo que possam participar da caminhada lésbica, marcha, reunião plenária do conselho e reunião do GT de Segurança Pública;
17) A presidência também informa sobre audiência pública que ocorrerá em Peruíbe, que contará com a participação da Conselheira Cecília Bezerra como representante do colegiado. Porém é mencionado que não houve convite formal para falar pelo conselho. As pessoas presentes entendem que é importante realizar contatos com os organizadores informando que há interesse do colegiado em acompanhar o evento, mas que o Conselho não foi convidado.
18) A coordenação de Políticas para a Diversidade LGBT irá no mês de maio apoiar um conjunto de ações em 30 municípios do interior sobre diversidade sexual, distribuição de material informativa, e participação em palestras. Em São José do Rio Preto foi realizada evento de capacitação para alunos das faculdades de Medicina realizada pelo GADA, Programa de DST-AIDS, e Universidades. Haverá, ainda, outra evento aberto à população.
19) É informada a realizada da 3ª edição do Curso “A conquista da cidadania LGBT” promovido pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania. O curso tem atingindo profissionais de diferentes municípios e equipamentos de saúde.
20) A mesa reitera pedido para a Secretaria de Saúde responder à demanda de informar as regras e procedimentos para a realização das cirurgias de redesignação para subsidiar documentação referentes ao tema e encaminhar para os órgãos afetos ao tema. Não havendo mais nada a tratar a Presidente encerrou a reunião às 19h.